

# **CONFLITOS E LIVROS DE OCORRÊNCIA NO COTIDIANO DA ESCOLA PÚBLICA: ALGUNS CAMINHOS DE INVESTIGAÇÃO**

Renata Maria Moschen **Nascente** – UFSCar

Maria Cecília **Luiz** – UFSCar

Débora Cristina **Fonseca** – UNESP

Agência Financiadora: CNPq

## **Resumo**

Este trabalho objetiva discutir alguns elementos constitutivos dos conflitos existentes no cotidiano escolar por meio de registros de Livros de Ocorrência Escolares (LOE), referentes aos estudantes do Ensino Fundamental de uma escola pública, localizada no interior paulista. Trata-se de uma pesquisa documental, qualitativa e exploratória. Na análise dos dados, destacamos as categorias: Circulação; Tarefas; Uso de equipamentos; Desrespeito ao professor; Conversas, gritos e ruídos; Agressão Física, que nos permitiram confirmar nossa hipótese de que o LOE continua sendo utilizado como instrumento de controle e proteção da escola. Os atos dos estudantes constituem-se em sua maioria como incivildades e uma parte menor referem-se a atos de agressividade, potencialmente considerados como violentos. Compreendeu-se que o problema da violência escolar está superestimado, sendo também observada a existência de um componente de resistência dos alunos em relação à escola.

**Palavras-chave:** Conflitos; Escola de Educação Básica; Livros de Ocorrência Escolares.

# **CONFLITOS E LIVROS DE OCORRÊNCIA NO COTIDIANO DA ESCOLA PÚBLICA: ALGUNS CAMINHOS DE INVESTIGAÇÃO**

## **Introdução**

Era grande a expectativa de que com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9394/96, os problemas de garantia do acesso e permanência, além da melhoria do ensino e da aprendizagem nas instituições escolares estariam, em parte, resolvidos. Ao contrário, no início deste processo foi possível observarmos um grande aumento da evasão escolar, como resultado da tentativa da escola em se manter homogênea, fiel à sua gênese padronizadora e

reprodutivista. Não há como negar que a escola é uma organização sistêmica e sua lógica é comum a todas as organizações capitalistas, com perspectiva para a subordinação, controle e enquadramento do indivíduo na ordem política e econômica.

Neste contexto, com a democratização da escola, a Educação Básica consolidou-se como componente da educação escolar e possibilitou aos cidadãos brasileiros o direito inalienável de acesso e de permanência de estudantes de 04 a 17 anos de idade nas Unidades Escolares (UE). Este fato propiciou um aumento significativo de alunos e alunas, modificando o panorama de estudantes que agora frequentam a escola e fazem parte dela. Concomitantemente, com a diversidade da população, ampliaram-se os problemas de convivência no cotidiano escolar, hoje, denominados como conflitos. A escola e seus educadores (equipe gestora, docentes e funcionários) vivem um tempo em que o direito à educação, que sempre foi motivo de luta e de garantias, se tornou obrigatoriedade, isto é, exigência legal da criança e do jovem em estar na escola. Entre o direito e a obrigatoriedade, a escola que sempre excluiu os estudantes apontados como problemáticos e desajustados, agora se vê obrigada a ter que lidar com eles, e enfrentar novos problemas.

Nesta perspectiva acenderam, também, o número de queixas quanto à incapacidade de gerenciar o convívio com as novas gerações, e conseqüentemente aumentam as situações de indisciplina e violência na escola.

Para Gama (2009), o processo de democratização do ensino também impulsionou a prática do registro das atividades, conflitos e punições no espaço educacional. O “livro preto”, segundo o autor (2009), tornou-se um instrumento de controle para condutas concebidas como “inadequadas” advindas – na perspectiva das instituições de ensino – de uma população diversificada de estudantes que agora compõem o sistema educacional brasileiro.

No geral, educadores parecem continuar utilizando velhos mecanismos como punições e controles, sem grandes reflexões sobre o assunto. Para solucionar os conflitos emergentes no cotidiano escolar estabelecem lideranças representativas, mas com um único ponto de vista: “eu mando e os alunos obedecem”. Ultimamente, eles têm percebido que os efeitos desta imposição autoritária não funcionam mais, pois o estudante que incomoda ou que não se enquadra nas regras estabelecidas tem que permanecer na escola, não pode ser expulso ou ficar do lado de fora, haja vista que a legislação não permite.

Sem a percepção da violência como ação que se manifesta nas relações de convivência entre pessoas de dentro ou de fora da escola, de motivações e situações as mais diversificadas possíveis, relacionadas a fatores estruturais, econômicos, culturais, políticos, religiosos, valorativos, entre tantos outros, esses educadores (equipe gestora, docentes e funcionários) estão perdidos em seus espaços escolares, muitas vezes adoecendo ou abandonando a profissão.

Foi nesta conjunção que decidimos desenvolver uma investigação com um grupo de pesquisa interinstitucional, envolvendo duas universidades públicas do estado de São Paulo. Não pretendemos criticar as escolas com vistas a achar culpados, mais refletir sobre esta situação, hoje, tão presente no cotidiano dessas instituições. Pesquisamos questões relativas à disciplina escolar e violência na escola, mais especificamente, o grupo tem buscado mapear e compreender trajetórias de alunos identificados como protagonistas de atos de indisciplina e violência tanto na escola como fora dela, o que levaria alguns deles a cumprir medidas socioeducativas.

Não apresentamos neste trabalho a pesquisa toda, pois esta se encontra em andamento. Neste texto nos propomos a refletir sobre alguns dados que foram levantados por meio de registros nos Livros de Ocorrência Escolares (LOE), referentes aos estudantes dos anos finais do ensino fundamental, no período compreendido entre 2012 e 2013, de uma escola pública de Educação Básica, localizada no interior do estado de São Paulo. Neste sentido, o objetivo deste trabalho foi discutir alguns elementos constitutivos dos conflitos existentes no cotidiano escolar por meio desses registros. Como hipótese, trabalhamos com a ideia de que os LOE sempre foram utilizados como instrumentos de controle e proteção da escola e que, na atualidade, poderia ter assumido outras funcionalidades, as quais se evidenciariam nos registros.

## **1. Livros de Ocorrências Escolares – LOE**

Para se discutir alguns elementos constitutivos dos conflitos existentes no cotidiano escolar utilizamos como ferramenta metodológica os Livros de Ocorrência Escolares. O LOE constitui-se de um instrumento institucional utilizado na escola, em sua acepção, para registrar os acontecimentos que prejudicam o seu funcionamento, no que diz respeito às condutas dos alunos. Em sua origem era denominado como o “Livro Negro” ou “Livro Preto” devido ao caráter punitivo e ao temor dos estudantes em ter o nome anotado em suas páginas e das consequências disciplinares. No senso comum ainda costuma receber este nome, sendo que, a maior parte dos registros diz respeito a

problemas relacionados à indisciplina e à violência escolar. No geral, o que parece ficar no imaginário social é que existe um “Livro Negro” (expressão que foi associada ao adjetivo “negro”, e carregada de conotação racista e preconceituosa) que é destinado aos registros em que há nomes de sujeitos que fizeram algo de errado, que são devedores ou traiçoeiros.

As ocorrências quase sempre são anotadas pelo diretor, entretanto de acordo com a organização de cada unidade escolar, coordenadores, professores e inspetores também podem ser autores dos registros no Livro. Como não existe regulamentação específica para a utilização dos livros de ocorrência, seus registros são carregados de valores culturais e representam aspectos da própria prática pedagógica da escola (SIMÕES e ALMEIDA, 2005). Para os educadores os registros nos LOE e as possíveis punições garantem um ambiente escolar propício às aprendizagens dos alunos.

Não se sabe com precisão a partir de que momento o Livro de Ocorrência Escolar passou a ser utilizado pelas Unidades Escolares. Segundo Moro (2003), por meio da consulta a documentos (diários oficiais desse estado; legislações educacionais e os próprios livros de ocorrência disponíveis em algumas instituições) foi encontrado registros da utilização e regulamentação de livros no início do século XX – mais precisamente no decreto 135, que aprovou o Regulamento das Escolas Normais Primárias nas escolas do estado do Paraná em 1924 –, que visavam garantir a disciplina.

Em pesquisa realizada sobre a história da educação no estado do Paraná Moro (2003), nas primeiras décadas do século passado, encontrou nos chamados *Livros Pretos* uma fonte substancial de dados. A autora explica que esses livros eram utilizados pelas escolas para registrar as infrações cometidas por seus alunos. Esse registro era feito, predominantemente, pelo diretor, com assinatura dos alunos envolvidos, demonstrando que estavam cientes do que conheciam as penalidades que poderiam lhes ser impostas em função de seus atos. Para a autora, esses registros revelam como se configuravam as relações interpessoais nas escolas no período, e principalmente, a importância da disciplina:

Vemos que a finalidade dos referidos livros era a de estabelecer normas e regras para o bom funcionamento das escolas públicas do Estado do Paraná, e neles, um dos pontos fulcrais ou primordiais, era a disciplina, entendida como medida fundamental para o desempenho do processo de ensino-aprendizagem (MORO, 2003, p. 05).

A autora (2003), descreveu também o significado das faltas leves e graves nos Livros de Ocorrência das escolas que pesquisou. As leves são caracterizadas como:

“brincadeiras na aula; chegada atrasada à escola; falta do uniforme; fala nos corredores, em tom alto; correria em lugares indevidos” (p.09). A reincidência de faltas leves e as faltas graves deveriam ser punidas com suspensão, de três a oito dias. Após ter sido suspenso, o aluno poderia ser transferido. São consideradas faltas graves: “desacato aos professores, desrespeito ou agressão aos colegas, extravio da chave da sala de aula, o não cumprimento das obrigações escolares, entre outras” (p.09).

Segundo Ratto (2002), entre as principais finalidades do LOE encontrou-se: descrever e punir condutas que não condizem com as regras pré-estabelecidas pela escola; comunicar e alertar aos pais atitudes inconvenientes de seus filhos – para que estes sejam convencidos do erro e ajudem na conduta disciplinar –; e no caso particular de violências ou de conflitos graves, assegurando a proteção da escola de forma cuidadosa, com tomadas de decisões cabíveis diante dos problemas escolares.

Na tese: *Livros de Ocorrência: disciplina, normalização e subjetivação*, Ratto (2007), analisa os mais de 600 registros usando como referencial teórico as obras de Michel Foucault. Ao referendar Foucault (2004), recupera a perspectiva da disciplina escolar como aquela que cria sujeitos dóceis, adaptáveis às relações de poder estabelecidas na sociedade. Nesse sentido, nenhum delito poderia escapar do controle da equipe escolar, que deveria ser um ambiente ascético, regrado, livre de quaisquer desvios. Por isso os atos de indisciplina eram registrados acuradamente e punidos com rigor.

Desta forma, os Livros de Ocorrência têm sido utilizados como um dos objetos de estudo e metodologia utilizada pela pesquisadora. Geralmente, a relevância do conteúdo registrado nestes materiais nos ajuda a compreender o sentido destas comunicações. Cabe lembrarmos, também, que o LOE não se configura como única fonte de evidências dos conflitos na escola. Apesar de não serem apresentados neste trabalho, acreditamos ser importante evidenciarmos outras fontes documentais.

## **2. Metodologia**

A investigação da qual este trabalho resulta tem sido elaborada de acordo com os parâmetros da pesquisa documental (GIL, 2002), qualitativa e exploratória em educação (BOGDAN; BIKLEN, 2010).

O levantamento detalhado dos registros nos LOE foi realizado de acordo com os parâmetros da pesquisa documental (GIL, 2002). Foram copiados e organizados todos os registros nos LOE referentes a todos os alunos do ensino fundamental II - 6º, 7º, 8º e

9º anos, nos anos 2012 e 2013. Importa informar que nos LOE encontraram-se uma imensa variedade do que a equipe escolar denominou *ocorrências*, desde atrasos e saídas antes do final do período de aulas até atos de incivilidade (CHARLOT, 2002), agressividade e violência cometidos na escola, ou fora dela, com algum efeito no ambiente escolar.

Importante saber que a escola pesquisada se organiza para o registro das ocorrências da seguinte forma: três documentos destinados aos registros dos problemas de disciplina individuais dos estudantes.

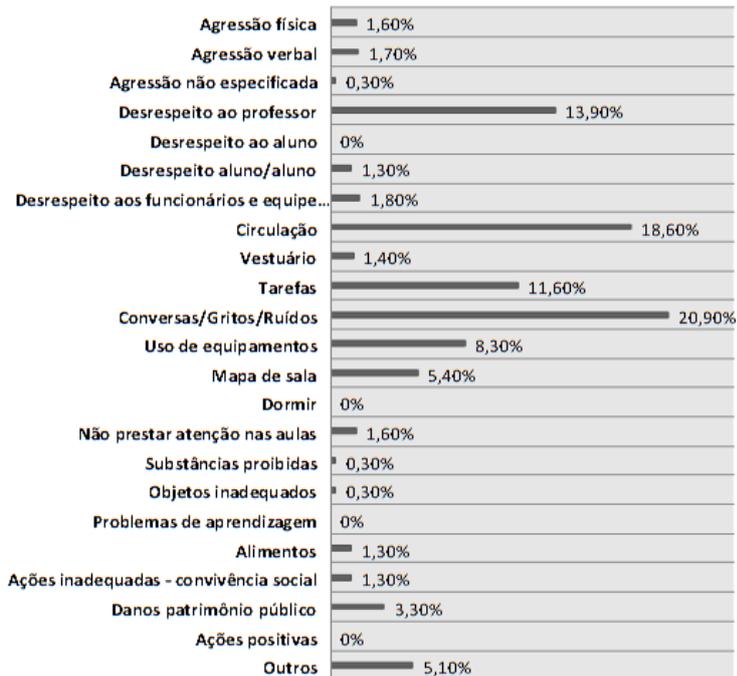
O primeiro deles ela denominou de pastas de ocorrências, que ficavam na sala dos professores, para registro de problemas corriqueiros, tais como: uso de celulares em sala, falta/esquecimento de materiais, não desenvolvimento de atividades e brincadeiras em sala. Nessa pasta havia uma legenda com as ocorrências mais comuns numeradas, de forma que o professor só teria que marcar o nome do aluno e o número da ocorrência na qual estaria envolvido.

O segundo documento era o livro de ocorrências escolares (LOE). De acordo com a diretora, eram cadernos - um para cada uma das classes, ficando armazenados na sala da vice-direção. Havia uma página para cada estudante. Segundo ela, esses LOE eram destinados aos registros de ocorrências mais graves. Os LOE referentes à segunda etapa do ensino fundamental referentes aos anos de 2012 e 2013 estavam arquivados. O terceiro documento relativo às questões disciplinares eram as atas de reuniões do Conselho de Escola, que também poderiam ser disponibilizados aos pesquisadores para levantamento de dados. O levantamento de dados nos LOE resultou em mais de duas mil ocorrências.

### **3. Os registros nos LOE: preponderâncias**

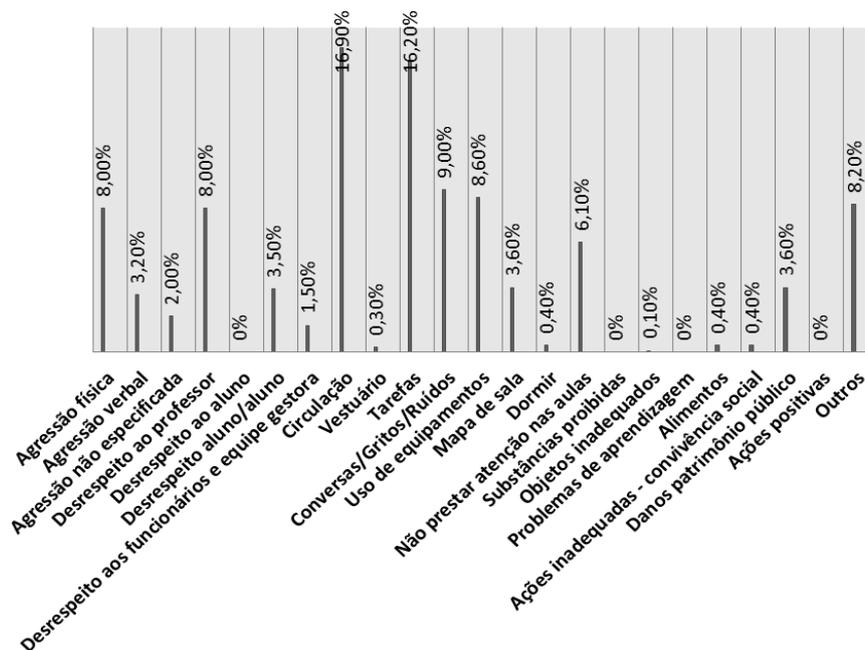
Os gráficos 01 e 02 se configuram como uma primeira categorização dos dados relativos aos registros nos LOE nos anos de 2012 e 2013.

#### **Gráfico 01: Ocorrências preponderantes no ano de 2012**



Fonte: elaboração própria.

**Gráfico 02: Ocorrências preponderantes no ano de 2013**



Fonte: elaboração própria.

As categorias que se destacaram na análise das ocorrências registradas nos LOE referiam-se às seguintes questões: circulação no espaço escolar; tarefas e atividades não realizadas; agressões físicas entre estudantes; conversas, ruídos e gritos e uso de equipamentos, com destaque para utilização de telefones celulares durante as aulas.

Essa primeira sistematização parece revelar aspectos que a equipe escolar considera como importantes para o registro, isto é, o que esses educadores consideram como inadequado em relação às atitudes dos alunos, o que pode permitir inferências, por conseguinte, do que eles consideram como adequado. Como aos estudantes não era facultada a possibilidade de registrar algo sobre as ocorrências nas quais estavam envolvidos, não é possível saber quais as suas percepções e/ou concepções sobre elas.

Dessas categorizações de atos que de alguma forma burlam as regras estabelecidas para a convivência na escola depreende-se que a maior parte dos registros refere-se a atos de *incivilidade*, os quais segundo Charlot (2002) caracterizam-se por rupturas em relação a condutas de boa convivência culturalmente estabelecidas pelas escolas.

Evidenciam-se também os atos caracterizados pela *agressividade*, que para o autor (2002), seria basicamente uma reação biopsíquica, motivada por algum tipo de frustração, que leva o sujeito a reagir a alguma provocação de forma hostil, tanto verbalmente como fisicamente. Essa conceituação de agressividade parece ser muito tenuamente distinguível do que, geralmente, se denomina como violência.

Se olharmos para as três categorias iniciais: agressão física, agressão verbal e agressão não especificada, que aparentemente poderiam ser consideradas manifestações de agressividade, com potencial de violência, vemos que em 2012 elas se constituíram em apenas 3,60% dos registros nos LOE. No ano de 2013 houve um significativo aumento desse índice, passando essas ocorrências a constituírem-se em 13,20% dos registros.

De qualquer forma, essas manifestações mais agressivas, que poderiam ser entendidas com atos de violência não são tão preponderantes em termos percentuais. Portanto, cremos que a maior parte dos registros recai no agrupamento que estamos considerando como atos de incivilidade.

Segundo Arendt (1994), as evidências relativas aos atos de agressividade e violência devem ser analisadas com cuidado. Para autora (1994), o ato de violência é sempre uma forma de desobediência as regras ou acordos sociais. A violência destrói o poder, nela há um processo de destituição e invalidação do outro. Contrariamente, a agressividade condiz com um processo de subjetivação, constitui-se dentro do próprio processo de construção da subjetividade, uma vez que seu movimento auxilia o sujeito a configurar a sua identidade.

Com base nos gráficos apresentados, observamos que as três categorias referentes a desrespeitos: desrespeito ao aluno; desrespeito aluno-aluno; e desrespeito a funcionários e equipe gestora; podem ser entendidas tanto como atos de agressividade, de incivilidade e até de violência, dependendo da perspectiva dos diferentes sujeitos envolvidos, sendo o que diferencia é a produção do sentido ou significado.

Para Vigotski (2001) os sentidos de uma palavra “é a soma de todos os fatos psicológicos que ela desperta em nossa consciência” (VIGOTSKI, 2001, p. 465). Portanto, os sentidos são considerados como uma formação dinâmica, fluida e complexa, com várias zonas de estabilidade. Na relação entre sentido e significado:

O significado é apenas uma dessas zonas de sentido que a palavra adquire no contexto de algum discurso e, ademais, uma zona mais estável, uniforme e exata. (VIGOTSKI 2001, p. 465).

Por exemplo, um palavrão proferido por um aluno em uma discussão, pode não passar de uma malcriação, isto é, um ato de incivilidade, uma vez que em seu meio social, palavrões fazem parte de seu cotidiano, mas no contexto escolar, a palavra, em seu significado ganha contornos de desrespeito, pois não acompanha as zonas de sentido construídas pelo aluno. Como afirma o autor: “como se sabe, em contextos diferentes a palavra muda facilmente de sentido” (VIGOTSKI, 2001, p.465). Desta forma, considerando que o sentido real de uma palavra é inconstante, e seu uso descontextualizado da expectativa escolar ou dos demais segmentos da escola, pode ser desencadeador de conflitos.

#### **4. Os registros nos LOE: categorias em destaque**

Após a apresentação dos gráficos gerais, relativos aos registros nos LOE nos anos de 2012 e 2013, partimos para a segunda parte de nossa análise e tematização, selecionando as categorias mais significativas:

**Quadro 01: Circulação (2012)**

<b>Categoria: Circulação</b>	
<b>Ocorrências</b>	<b>Número de registros</b>
1. Não estava em sala na troca de professores.	08

2. Saiu da sala e não retornou.	04
3. Saiu da sala sem permissão.	20
4. Não entrou para aula.	05
5. Fica conversando no corredor em vez de entrar para aula.	01
6. Fica andando pela sala.	<b>25</b>
7. Ficou para fora da sala por chegar atrasada.	05
8. Pulou o muro da escola.	06
9. Saiu da escola sem autorização.	01
10. Chegou atrasado após o sinal do intervalo.	<b>14</b>
11. Estava correndo pela sala.	06
12. Enganou a/o professora/a para sair da sala.	07
13. Chega atrasado/a.	03
14. Estava assistindo aula em outra sala.	01
Total	106

**Fonte:** elaboração própria.

### **Quadro 02: Circulação (2013)**

<b>Categoria: Circulação</b>	
<b>Ocorrências</b>	<b>Número de registros</b>
1. Chegou atrasado/a (horário de entrada).	<b>49</b>
2. Chegou atrasado/a após sinal do intervalo.	<b>44</b>
3. Chegou atrasado/a e professor não deixou entrar.	<b>31</b>
4. Estava passeando na troca de aula.	10
5. Chegou depois do horário combinado.	04
6. Estava passeando no pátio	11
Total	149

**Fonte:** elaboração própria.

Os itens que se destacam nos quadros 01 e 02 são os relativos à movimentação dos alunos em sala, além da saída da sala sem permissão. Também foram bastante registrados os atrasos após os intervalos. Em 2013 se destacou ainda o atraso no horário de entrada. Entendemos que essas três formas de ocorrência podem ser vistas pelos professores como fatores dificultadores no desenvolvimento das aulas. Mais uma vez, o que se observa são atos de incivilidade que não se coadunam com a cultura organizacional da escola.

Para Foucault (2004), a instituição escolar se constitui em um local eminentemente disciplinador, isto é, nela é decidido como as pessoas devem se portar, com vistas a poderem usufruir de seus benefícios: uma formação para a obediência às regras sociais, que produz sujeitos dóceis, manejáveis. Ocorre que as mudanças na sociedade contemporânea em todos os campos, principalmente no econômico e tecnológico, fizeram com que jovens e adolescentes não se conformem com a imposição de regras não discutidas. Isso não significa conviver em um sistema de educação escolar sem quaisquer regras, mas que estas sejam construídas no coletivo, com relações e

interações que se caracterizam pela horizontalidade, o oposto da tradicional verticalidade que tem caracterizado historicamente as relações interpessoais na escola.

**Quadro 03: Tarefas (2012)**

<b>Categoria: Tarefas</b>	
<b>Ocorrências</b>	<b>Número de registros</b>
1. Não faz as atividades em sala.	<b>41</b>
2. Não traz material.	11
3. Brinca em vez de fazer as atividades.	01
4. Não faz atividade, pois não traz o material.	11
5. Dá desculpa sobre falta de material e atividades.	01
6. Não retira o material da mochila para a aula.	01
Total	66

**Fonte:** elaboração própria.

**Quadro 04: Tarefas (2013)**

<b>Categoria: Tarefas</b>	
<b>Ocorrências</b>	<b>Número de registros</b>
1. Deixou de fazer as atividades, pois estava jogando cartas.	07
2. Atrapalhando a aula com brincadeiras, não realizando as atividades.	09
3. Atrapalhando a aula, jogando objetos, não realizando as atividades.	06
4. Atrapalhando a aula com agressões e desrespeitos com os colegas	09
5. Atrapalhando a aula com ruídos e gritos, não realizando as atividades.	02
6. Atrapalhando a aula com gestos obscenos, não realizando as atividades.	02
7. Em vez de realizar as atividades ficou mexendo no celular.	13
8. Só conversa e não faz as atividades.	<b>32</b>
9. Não faz as atividades solicitadas e interfere no aprendizado dos colegas.	<b>40</b>
10. Não traz material, impedindo que realizem as atividades.	10
11. Não faz as atividades, desrespeita o professor e faz gracinhas.	13
Total	143

**Fonte:** elaboração própria.

A análise dos quadros 03 e 04, relativos às tarefas revela um grau relativamente elevado de desistência por parte dos estudantes de cumprir as tarefas propostas pela escola. Pareceu-nos que eles buscam quaisquer outras atividades em substituição à norma prescrita (tarefa), tais como: conversar; brincar sozinho com o celular ou com os colegas; não trazer o material ou até simplesmente não retirá-lo da mochila; e não realizarem os afazeres cotidianos propostos por seus professores.

Certos educadores (equipe gestora, docentes e funcionários) atribuem essa atitude de rebeldia como algo normal e esperado da adolescência, como se essa fosse uma fase natural da existência humana (ABERASTURY; KNOBEL, 2011), isto é, ser adolescente significa ser rebelde, insurgente contra as regras estabelecidas.

Em oposição a esta visão hegemônica e naturalizada da adolescência, pensamos que Vigotski (2006) indica um caminho para a compreensão dessa problemática, em

outra perspectiva, na medida em que destaca a adolescência como a idade de transição, em vez da fase do desenvolvimento, no sentido de que as transformações que ocorrem são de natureza qualitativa e revolucionária e não uma continuidade no desenvolvimento biológico, marcando diferenças decorrentes da idade ou de etapas.

Nesta perspectiva, o que muda são os interesses e necessidades que movimentam os mecanismos do comportamento. Portanto, o desenvolvimento dos interesses está na raiz do desenvolvimento cultural e psíquico do adolescente.

Desta forma, ocorre uma revolução no pensamento dele, o qual Vigotski (2006) chamou de passagem do pensamento por complexos para o pensamento por conceitos, o que significa uma mudança profunda no conteúdo de seu pensamento e na sua estruturação, devido à formação de conceitos.

Esta pode ser aparentemente, uma das razões do desinteresse dos adolescentes pelas atividades de aprendizagem oferecidas pela escola, que, provavelmente, não devem estar acompanhando as formas pelas quais esses alunos vêm se constituindo. Ou seja, não acompanham as necessidades que se produzem no pensamento e vivência dos adolescentes.

Esse mesmo raciocínio parecer ser válido para a categoria seguinte: uso de equipamentos, em sua maioria, telefones celulares, que são utilizados pelos alunos para acessar a internet, na busca de jogos e de interações em redes sociais.

**Quadro 05: Uso de equipamentos (2012)**

<b>Categoria: Uso de equipamentos</b>	
<b>Ocorrências</b>	<b>Número de registros</b>
1. Com fone de ouvido em sala.	05
2. Usando celular em sala.	<b>24</b>
3. Ouvindo música (som alto).	02
4. Celular retirado.	04
5. Usando celular em aula e se recusa a guardar.	04
6. Contato com os responsáveis pelo celular e se recusa a ceder o número.	01
7. Celular retirado e entregue para mãe.	01
8. Chegou atrasado à aula, pois estava no celular.	01
9. Atende ligações durante a aula, em sala.	04
10. Tirando foto das meninas com o celular.	01
Total	47

**Fonte:** elaboração própria.

**Quadro 06: Uso de equipamentos (2013)**

<b>Categoria: Uso de equipamentos</b>	
<b>Ocorrências</b>	<b>Número de registros</b>
1. Usando o celular durante a aula.	<b>41</b>
2. Celular retirado do aluno.	05
3. Celular entregue para o pai.	02

4.Celular entregue para a mãe.	08
5.Celular entregue para a avó.	01
6.Não fez atividade, pois estava mexendo no celular.	13
Total	70

**Fonte:** elaboração própria.

Os quadros 05 e 06 representam o que apontamos anteriormente. Poucas também são as ocorrências relativas ao uso dos celulares como telefones. Tudo indica que os alunos envolvidos estavam mais interessados nos jogos, nas músicas e nas redes sociais cujo acesso é possível por meio desses aparelhos. Ficaram ainda demarcados os potenciais conflitos gerados pelo uso desses aparelhos em sala, tais como: o número significativo de registros referentes; a não realização de atividades por causa do uso dos aparelhos; e à recusa de guardá-los quando isso é solicitado aos alunos.

A interatividade em tempo real faz parte da dinâmica de sociabilidade dos jovens, o que vem se configurando cada vez mais cedo e produzindo outras necessidades e interesses, antes não observados. Isso pode ser observado em crianças manuseando celulares, computadores e *tablets* desde a mais tenra idade. Consideramos que o uso constante desses aparelhos pode, em tese, atrapalhar na apropriação dos conteúdos desenvolvidos em sala de aula, ou na convivência interpessoal que o ambiente escolar pode propiciar. No entanto, a sua proibição não garante que o desempenho dos alunos nas atividades escolares será uma realidade. O fracasso escolar e o déficit educacional sempre existiram nas instituições escolares e sempre foram objetos de estudo por diferentes pesquisadores, tal como podemos evidenciar nos estudos de Patto (2003). Sabe-se que esse possível déficit pode prejudicar os estudantes e, como apontam Bazon, Silva e Ferrari (2013), experiências negativas na escola, como, por exemplo, baixo rendimento ou dificuldades de aprendizagem são preditores de evasão e também, em alguns casos, de futuros conflitos. Os registros parecem evidenciar que os problemas continuam os mesmos, modificando-se apenas as explicações, que mantem a culpabilização no sujeito adolescente. Se antes o fracasso escolar era explicado por teorias naturalizantes e atrelado a pobreza (por exemplo, desnutrição), hoje parecem atreladas a fatores externos a escola, mas ainda, impregnadas no indivíduo.

#### **Quadro 07: Desrespeito ao professor (2012)**

<b>Categoria: Desrespeito ao professor</b>	
<b>Ocorrências</b>	<b>Número de registros</b>
1. Não respeita as ordens do professor.	<b>21</b>
2. Não respeita o professor.	<b>33</b>
3. Retruca as ordens do professor.	06

4. Grita e responde de maneira mal educada ao professor.	12
5. Tira sarro do professor.	05
6. Desafia o professor.	02
Total	79

**Fonte:** elaboração própria.

Essa categoria do quadro 07 só foi apresentada referente ao ano de 2012, porque ela foi significativamente mais registrada nesse ano do que em 2013. A leitura das ocorrências revela que poucas delas apresentam as razões do suposto desrespeito dos alunos em relação aos professores. As únicas providências registradas em relação a esse conflito foram suspensões.

As situações de alteração entre professores e alunos são carregadas de ambiguidades, pois a noção do que é respeito ou desrespeito pode ser muito fluida e relativa às visões dos envolvidos (ARENDDT, 1994; FOUCAULT, 2004).

Para Ratto (2007) a obediência às autoridades escolares é de fundamental importância para a escola. O que a autora evidenciou nos LOE pesquisados e, de certa maneira os registros que encontramos na escola investigada se dá da mesma forma é que

[...] talvez a mais importante regra disciplinar que circula através das narrativas dos livros se refira à exigência de respeitar as autoridades escolares. Todas as demais regras parecem estar subordinadas a esta, pois, em tese, as crianças podem “tudo”, desde que autorizadas e desde que respeitem as autoridades (RATTO, 2007, p. 169).

Essa rigidez da posição da escola em relação à autoridade dos educadores demarcada por Ratto (2007) e também vislumbrada nesta análise de dados parece evidenciar um processo de endurecimento e polarização das relações entre educadores, estudantes e seus familiares. Pensamos que os conflitos escolares necessitam ser enfrentados com o estabelecimento do diálogo entre os atores escolares. Entretanto, é preciso atenção no que se refere à concepção de diálogo na escola, pois ele pode apenas denominar interações marcadas pelo autoritarismo de uma parte sobre outra. Isso significa que os educadores não devem apenas ouvir ou “fingir que ouvem” sem levar em consideração a opinião dos estudantes, isto seria um monólogo. O diálogo que se propõe qualifica-se como desarmado, precedido sempre pela escuta, mas caracterizado pela horizontalidade nas relações interpessoais. O educador só obtém autoridade com uma validação feita por meio de um diálogo.

#### **Quadro 08: Conversas, gritos e ruídos (2012)**

<b>Categoria: Conversas, gritos e ruídos</b>	
<b>Ocorrências</b>	<b>Número de registros</b>
1. Conversa muito.	<b>83</b>

2. Gritos que atrapalham a aula.	27
3. Gritou com o professor/a (desrespeito).	07
4. Barulho.	02
Total	119

**Fonte:** elaboração própria.

### **Quadro 09: Conversas, gritos e ruídos (2013)**

<b>Categoria: Conversas/Ruídos/Gritos</b>	
<b>Ocorrências</b>	<b>Número de registros</b>
1. Conversas	<b>66</b>
2. Fazendo barulho com a boca, com canudinho, batendo na mesa.	05
3. Gritando para tumultuar a aula	05
4. Gritando: ofensas e palavrões.	03
Total	79

**Fonte:** elaboração própria.

Os quadros 08 e 09 demonstram que ao longo dos anos de 2012 e 2013 muitas das ocorrências registradas nos LOE referiam-se a conversas em sala. A conversa como uma das principais formas de interação humana e de uso da linguagem, parece ocupar o lugar de “pecado” e conseqüentemente proibido, sob o argumento de que atrapalha o trabalho do professor. Assim como discutimos anteriormente, o significado das palavras, vivenciadas em forma de conversa e ou barulho, parece não ter espaço no cotidiano de sala de aula, provavelmente porque a expectativa sobre o que se diz, não ter espaço neste contexto. Os professores parecem vivenciar uma disputa pelo controle da fala e, conseqüentemente, quando não tem sucesso nesta tarefa, recorrem aos instrumentos de controle externo, tal como os LOE.

### **Quadro 10: Conversas, gritos e ruídos (2013)**

<b>Categoria: Agressão Física</b>	
<b>Ocorrências</b>	<b>Número de registros</b>
1. Agressão física.	<b>36</b>
2. Agressão física em frente à unidade escolar.	02
3. Agressão física no intervalo.	03
4. Agressão física contra professores/funcionários/equipe gestora.	01
5. Agressão física com vassoura.	01
6. Agressão física – tapas.	14
7. Agressão física – socos.	07
8. Agressão física – empurrão.	06
Total	70

**Fonte:** elaboração própria.

A categoria *agressão física* só foi explicitada por meio de quadro 10 referente ao ano de 2013 em função do seu crescimento em relação ao ano anterior. Em 2012 apenas 1,6% das ocorrências registradas referiam-se a agressões físicas. Já em 2013, o

percentual desse tipo de ocorrência subiu para 8%. A leitura dessas ocorrências não é muito reveladora em relação aos motivos pelos quais ocorreram essas agressões.

Creemos que o aumento dos índices de agressões físicas de um ano para outro revela alguns aspectos a serem ponderados. Um deles é o de que diferentemente das categorias analisadas anteriormente, não há possibilidades de ambiguidades significativas no registro das ocorrências, uma vez que uma agressão física se caracteriza fundamentalmente pelo ato de ferir o outro. Portanto as ocorrências registradas devem refletir de fato agressões físicas que aconteceram no espaço escolar. Outro aspecto relevante, é que a agressão física normalmente é um dos principais componentes de situações de violência. Por conseguinte, de acordo com os registros nos LOE de 2013, 8% das ocorrências referiram-se a episódios potencialmente violentos.

Trata-se de um dado bastante preocupante, que, como já foi discutido anteriormente, indica um recrudescimento das relações pessoais entre educadores (equipe gestora, docentes e funcionários) e alunos na escola. Por outro lado, esse dado – somente 8% dos registros foram relativos a agressões físicas – pode nos levar a uma desmistificação da escola de Educação Básica como um lugar muito violento, o que vem sendo veiculado pelas mídias escrita, televisiva e eletrônica, veiculação que não contribui para um aprimoramento das relações interpessoais na escola.

Uma análise geral dos dados apresentados neste trabalho pode indicar alguns aspectos interessantes. Percebemos, por exemplo, que os registros de ocorrências são significativamente mais numerosos em relação a fatos e ações que fora do ambiente escolar não seriam considerados como perturbadores, tais como conversas, uso de aparelhos celulares, atrasos e excesso de movimentação. Entretanto, ao serem registradas nos LOE, essas ações configuram-se como atos de indisciplina que atrapalham o andamento das atividades na escola. Vejamos, por exemplo, as categorias circulação e tarefa. O que é chamado de circulação são as saídas durante as aulas, o que pode indicar certo desinteresse dos estudantes pelo que está sendo tratado em sala de aula. E essa questão não se limita a realidade escolar apenas, também se relaciona com o contexto de vida e de mundo em que estão inseridos: poucas vagas em universidades públicas e dificuldades em acessar postos de trabalho e outros fatores.

No que se refere às tarefas, observamos um aumento no número de registros em 2013. Ao não realizar as atividades propostas em sala, os estudantes apresentam uma espécie de desistência da escola. Esse tipo de ocorrência parece indicar que a escola não tem se aproximado das necessidades e sentido construídos pelos alunos. Provavelmente

porque a escola se mantém na mesma lógica disciplinadora de outros momentos históricos, não ressignificando, por exemplo, o uso da tecnologia e dos aparelhos celulares. Incluir a fala e a tecnologia no processo pedagógico ainda se constitui como um desafio à escola e seus profissionais.

No que concerne às agressões físicas, percebe-se que se constituem em ápices de outros conflitos, talvez menores, talvez verbais, que poderiam ter sido senão resolvidos, mas trabalhados antes que chegassem à radicalidade dos alunos ferirem-se uns aos outros. Pode estar faltando às escolas condições para realizar essa tarefa, principalmente no que se refere ao preparo dos educadores em relação a esses problemas.

Parece ser urgente e necessário um repensar e compreender o que é ser jovem na sociedade contemporânea, o que os jovens querem e pensam da vida e como dialogar sobre convivência na escola por meio de princípios da participação democrática e dos direitos humanos. Ainda, levar em consideração que, mesmo com vários problemas enfrentados pela escola sem aparentes soluções, os jovens têm maiores chances de praticarem atos infracionais quando se afastam dela, ou eventualmente, quando ficam vagando pelas ruas, em espaços nos quais drogas e violência podem ameaçar suas integridades e prospectos de vida.

### **Considerações finais**

Como pontuamos no começo deste trabalho, ainda estamos desenvolvendo várias investigações a respeito da temática. Neste texto nos propomos a refletir sobre alguns dados que foram levantados por meio de registros nos Livros de Ocorrência Escolares (LOE), com a finalidade de discutir alguns elementos constitutivos dos conflitos existentes no cotidiano escolar por meio destes. Como hipótese, trabalhamos com a ideia de que os LOE sempre foram utilizados como instrumentos de controle e proteção da escola. E ao analisarmos esta escola e seus registros verificamos que os atos constituem-se em sua maioria como incivildades, isto é, são atos que ferem preferencialmente regras de convivência. Uma parte menor dos registros refere-se a atos de agressividade, que, potencialmente poderiam ser considerados como atos violentos. Portanto, sem ter a pretensão de generalizar, parece que há uma tendência em superestimar o problema da violência escolar.

Corroboraram para a confirmação de nossa hipótese dois aspectos importantes: um deles refere-se ao fato de que as ocorrências registradas atualmente não são tão diferentes daquelas registradas em períodos anteriores. Ao reconhecermos que a

sociedade mudou vertiginosamente nos últimos 50 anos, como a disciplina escolar poderia permanecer a mesma? O segundo aspecto é que em todas as categorias de registros analisadas existe um componente de resistência dos alunos em relação à escola. Eles usam de diversos meios para não se engajarem nas atividades propostas: circulando pelas salas e corredores, usando celulares, não tirando o material da mochila. A escola, nesta perspectiva, ainda utiliza o LOE para controlar seus estudantes e como forma de se proteger de possíveis acusações de familiares e da sociedade.

Em nossa análise, parece que os alunos resistem a uma escolarização que nas últimas décadas passou a ser obrigatória e sem sentido em seus cotidianos, haja vista que as informações encontram-se disponíveis pela rede mundial de computadores. O desafio da escola parece estar na produção de novas significações para seu cotidiano, na perspectiva de construir novas necessidades e interesses aos alunos e equipe escolar como um todo.

## Referências

ABERASTURY, A. KNOBEL, M. Adolescência normal. Porto Alegre: Artmed, 2011.

ARENDT, H. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[www.mec.gov.br/legis/default.shtm](http://www.mec.gov.br/legis/default.shtm)>. Acesso em: 05 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 9.394*: promulgada em 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <[www.mec.gov.br/legis/default.shtm](http://www.mec.gov.br/legis/default.shtm)>. Acesso em: 05 mar. 2015.

BAZON, M. R.; SILCA, J. L.; FERRARI, R. M. Trajetórias escolares de adolescentes em conflito com a lei. *Educação em Revista*. Belo Horizonte, v. 29, n. 02, p. 175-199, jun. 2013.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto, 2010.

CHARLOT, B. *A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão*. Porto Alegre: Sociologias, 2002.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2004.

GAMA, A. S. Livros de Ocorrência: da prática do Vigiar e Punir aos 'recursos para o bom adestramento'. *Web-Revista Discursividade*, v. 1, p. 95-120, 2009.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

LUIZ, Maria Cecília; Conselhos Escolares, indisciplina e violência: contextualizando discursos e procedimentos na escola. In: LUIZ, Maria Cecília. *Conselho Escolar e as possibilidades de diálogos e convivência: o desafio da violência na escola*. São Carlos: EdUFSCar, 2015.

MORO, N. O. O livro preto nas escolas da região dos Campos Gerais. In: *Jornada do HISTEDBR*, 1., 2003, Campinas. *Anais...*, Campinas: Unicamp, 2003. Disponível em <<http://www.histedbr.fae.unicamp.br>>. Acesso em: 10 out. 2014.

PATTO, M. H. S. *A Produção do Fracasso Escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: Queroz, 1993.

RATTO, A. L. S. Cenários criminosos e pecaminosos nos livros de ocorrência de uma escola pública. *Revista Brasileira de Educação*, Campinas, v. 20, p. 95-106, 2002.

\_\_\_\_\_. *Livros de ocorrência: (in) disciplina, normalização e subjetivação*. São Paulo: Cortez, 2007.

SIMÕES, P. R. R. ; ALMEIDA, C. R. S. . Uma leitura dos Registros de Indisciplina Escolar sob a ótica do Pensamento Complexo. *Cadernos de Pós-Graduação (UNINOV)*, v. 4, p. 201-213, 2005.

VIGOTSKI, L.S. *Obras Escogidas IV: Psicologia Infantil*. Moscú: Editorial Pedagógica, 2006.

\_\_\_\_\_. (2001) *A construção do pensamento e da linguagem*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes.